

Acesso à habitação essencial para fixar novas gerações



Manuel Reis Campos

No passado fim-de-semana ouvimos o Senhor Primeiro Ministro anunciar que uma das medidas que fará constar da Proposta de Orçamento do Estado para 2019, será um programa que visa fomentar o regresso dos jovens que partiram para o estrangeiro mas pretendem regressar ao nosso país. De acordo com os dados que são disponibilizados pelo Observatório da Emigração, em particular, o “saldo migratório”, que faz o balanço entre as saídas e entradas permanentes em Portugal de cidadãos nacionais, concluímos que continuam no exterior cerca de 147 mil trabalhadores portugueses, que abandonaram Portugal entre os anos de 2011 e 2016. Recordo que vários estudos apontavam para a vontade de pelo menos 70% dos jovens emigrantes portugueses regressarem ao seu País, sabendo-se que, a par das condições de trabalho há toda uma outra série de circunstâncias que são essenciais para que se possa gerar este movimento inverso.

E, se “promover o regresso a casa” é apenas uma imagem metafórica que implica a necessidade de perspetivar este problema na sua globalidade, a verdade é que a questão da “casa”, ou seja, o acesso à habitação é um fator essencial para fixar as novas gerações.

Em Portugal, quando falamos de habitação, ainda falamos de questões que já foram, há muito, ultrapassadas na generalidade dos países europeus, aqueles que, precisamente, acolhem os tais jovens que queremos fazer regressar. A inexistência de um mercado de arrendamento, a necessidade de promover uma dinâmica de reabilitação urbana alargada à generalidade do território, os recorrentes problemas de mobilidade, uma fiscalidade que contribua para a atração do investimento, tudo são matérias que já deveriam ter sido resolvidas, mas ainda não o foram. Mas não tenhamos dúvidas. Ninguém quer regressar a um país que ainda debate temáticas de há vinte anos atrás.

Os jovens que querem regressar a ca-

sa, precisam de emprego qualificado. Mas também de cidades inteligentes, com sistemas de gestão dos centros urbanos que apostem na sua promoção como laboratórios do conhecimento, da automatização de infraestruturas, da mobilidade e da criação de redes de transportes ajustadas. Ou seja, falamos de espaços dinâmicos, abertos, com capacidade de adaptação a contextos em permanente mudança, que, mediante um planeamento estratégico e a combinação de investimento público e privado, contribuam decisivamente para o sucesso e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

O debate em torno de programas de renda acessíveis, de apoio em situações de graves carências económicas e sociais é importante, mas é curto. Temos de evoluir para outro patamar e tal como já tive a oportunidade de referir, dada a dinâmica que o mercado imobiliário está a conhecer, este é o momento certo para dar dimensão às “cidades inteligentes”, desencadeando um verdadeiro processo de regeneração e de “Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável”. Já não está em causa, apenas, o centro de algumas cidades, mas todo o espaço urbano que, num País como Portugal, pode fazer a diferença. Às infraestruturas de excelência que já existem, a que se juntam outros investimentos, pensados numa ótica de competitividade, de aumento da produtividade e de atração do investimento, designadamente, externo, tudo contribuirá para a necessária coesão territorial e social, imprescindível para criar condições de fixação destes portugueses.

O programa para fomentar o regresso dos jovens que no início da década abandonaram o País, é, sem dúvida, um primeiro passo, extremamente positivo e necessário. E não haja dúvidas, hoje estamos perante um tecido empresarial que aposta no empreendedorismo e na inovação, que assume o desafio das novas tecnologias e que reconhece a importância da qualificação e do capital humano.

Presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas